

**DA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO NOS TERRITÓRIOS À  
TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA: O QUE NOS ENSINA A EDUCAÇÃO  
SOCIALISTA CUBANA?**

**DE LA ERRADICACIÓN DEL ANALFABETISMO A LA TERRITORIALIZACIÓN DE  
LA AGROECOLOGIA: ¿QUÉ NOS ENSEÑA LA EDUCACIÓN SOCIALISTA CUBANA?**

**FROM THE ERADICATION OF ILLITERACY TO THE  
TERRITORIALIZATION OF AGROECOLOGY: WHAT DOES CUBAN SOCIALIST  
EDUCATION TEACH US?**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i3.46776>

Lia Pinheiro Barbosa<sup>1</sup>

**Resumo:** As revoluções latino-americanas e caribenhas foram, em si mesmas, processos pedagógicos que conformaram um sujeito histórico-político popular e uma concepção de educação voltada para a consolidação de uma formação humana ancorada em um horizonte emancipatório. A Revolução Cubana é uma revolução em vigor, que nos legou lições a respeito de uma concepção de educação socialista. O artigo analisa esta concepção, partindo de quatro aspectos: os antecedentes pedagógicos da concepção de educação; os fundamentos educacionais, filosóficos e pedagógicos da revolução; a centralidade da alfabetização e da revolução agroecológica e, finalmente, os aprendizados resultantes deste processo que dura mais de seis décadas.

**Palavras-chave:** Educação Socialista, Revolução Cubana, Pensamento Pedagógico; América Latina; Caribe.

**Resumen:** Las revoluciones latino-americanas y caribeñas fueron, en sí mismas, procesos pedagógicos que conformaron un sujeto histórico-político popular y una concepción de educación dirigida a la consolidación de una formación humana anclada en un horizonte emancipatorio. La Revolución Cubana consiste en una revolución vigente, que nos lega enseñanzas con respecto a una concepción de educación socialista. El artículo analiza esa concepción, a partir de cuatro aspectos: los antecedentes pedagógicos de la concepción educativa; los fundamentos educativos, filosóficos y pedagógicos de la revolución; la centralidad de la alfabetización y de la revolución agroecológica y, finalmente, los aprendizajes resultantes de ese proceso que dura más de seis décadas.

**Palabras-clave:** Educación Socialista, Revolución Cubana, Pensamiento Pedagógico; América Latina; Caribe

**Abstract:** The Latin American and Caribbean revolutions were, in themselves, pedagogical processes that shaped a popular historical-political subject and a conception of education aimed at the consolidation of a human development anchored in an emancipatory perspective. The Cuban Revolution is an ongoing revolution, which bequeaths us lessons with respect to a conception of socialist education. The article analyzes this conception, from four aspects: the pedagogical background of the conception of education; the educational, philosophical and pedagogical foundations of the Revolution; the centrality of literacy, the agroecological revolution, and, finally, the lessons of this process that has lasted for more than six decades.

**Keywords:** Socialist Education, Cuban Revolution, Pedagogical Thought; Latin America; Caribbean.

### ***A modo de introdução***

*A maior parte da humanidade adormeceu na terra.  
Comiam e bebiam, mas não conheciam a si próprios.  
É necessário fazer de cada homem uma tocha.*

José Martí

Não é possível pensar a educação na América Latina e no Caribe sem situá-la historicamente e em suas contradições arraigadas em um *ethos* colonial, patriarcal, racista e classista. A implantação do regime colonial em nossa região não só instituiu uma nova ordem de dominação e exploração em uma base material, como se enraizou subjetivamente, por meio da negação de nossa existência milenária como civilizações, em plural, e em uma subalternização que se materializava, também, no campo simbólico-ideológico, ao inferiorizar outras culturas. A alienação cultural, compreendida como negação, arrebato e soterramento de outros referentes ontológicos e epistêmicos dessas civilizações, constituiu um dos pilares do projeto civilizatório que a Europa empreendeu ao invadir e colonizar os territórios do *Abya Yala*,<sup>2</sup> com o fito de abrir caminho à sua expansão mercantil, gênese do capitalismo desse lado do Atlântico.

Conferir um atributo e um trato bestial aos povos originários e às populações traficadas em África e escravizadas na América Latina e Caribe era a materialização desse processo histórico, que estabeleceu uma hierarquização sociocultural e política a partir de uma matriz étnico-racial e de classe. Por séculos foi negado o direito à educação para a descendência desses povos, o que resultou no analfabetismo como um problema estrutural e na consolidação de relações de dominação e poder nutridas pela alienação cultural, condição *sine qua non* para o aprofundamento do capitalismo como um paradigma civilizatório.

Certamente esse processo histórico não foi aceito de forma passiva. A história do continente está marcada por guerras, rebeliões, resistências e revoluções em diferentes períodos, na luta pela abolição e reivindicação não só da emancipação política do jugo colonial, mas pelo direito de *pensar com cabeça própria*, no sentido de promover uma ruptura com a alienação cultural e instaurar um horizonte revolucionário próprio. Isto representava a reconstrução de outro projeto civilizatório e do enfrentamento das forças geradoras das contradições históricas. Nesse marco, a educação torna-se um elemento central, no sentido de uma reconstrução do sujeito histórico-político em uma sua formação humana.

A história da educação e do pensamento pedagógico latino-americano é a própria história das lutas empreendidas na América Latina e no Caribe pela libertação dos regimes monárquicos e escravocratas europeus durante os séculos XVIII e XIX, das lutas contra as ditaduras militares no século XX, no confronto com o imperialismo e as políticas neoliberais na transição para o século XXI, ou mesmo frente à ascensão da extrema direita e das forças neofascistas a duas décadas do novo século.

Dos movimentos abolicionistas e independentistas nas nascentes repúblicas aos processos revolucionários e à irrupção clandestina e insurgente de um exército indígena no final do século passado<sup>3</sup>, a educação constitui um instrumento de criação de consciência para a descolonização e libertação, portanto, eixo fundamental e transversal na formação do sujeito histórico, responsável por construir o caminho para outro projeto político latino-americano e caribenho de caráter emancipatório e popular.

Da pluma de pensadores e pensadoras proeminentes da região, tais como Simón Rodríguez, José Martí, Nísia Floresta, Gabriela Mistral, José Carlos Mariátegui, Maria Lacerda de Moura, Ernesto Che Guevara, Luis Beltrán Pietro Figueroa, Orlando Fals-Borda, Paulo Freire, entre outras e outros, uma teoria crítica da educação e um pensamento pedagógico foram desenvolvidos numa matriz analítica latino-americana e caribenha, centrada no debate sobre o papel da educação e da pedagogia na formação de um sujeito histórico-político e de um projeto social emancipatório mediado por uma pedagogia da libertação.

No âmbito dessa elaboração intelectual e do debate histórico-político, o popular emerge e deixa de ser um adjetivo para torna-se um conceito e uma característica definidora de um processo político, revelando-se como um núcleo de (re)construção do tecido social, na sua capacidade de gerar novos esquemas de valores humanistas baseados em uma *práxis* política, necessariamente coletiva, e que visa estabelecer novas sociabilidades em que a condição colonial, racista, patriarcal e de classe, pilares de uma estrutura de dominação intrínseca à história da América Latina e do Caribe, seja superada.

Assim, articular o popular a uma concepção política de educação – a Educação Popular – constituiu o *a priori* e o desígnio do pensamento pedagógico latino-americano e caribenho, nos seus fundamentos filosóficos, pedagógicos e políticos, em que a educação é entendida como *práxis* e essência de cada um dos elementos que compõem uma formação humana emancipatória.

Todos os processos revolucionários foram em si mesmos acontecimentos pedagógicos e tomaram como tarefa principal a educação do povo como um elemento fundamental de uma América Latina e um Caribe livres. Ao mesmo tempo, demarcaram o debate político sobre a educação na formação e/ou fortalecimento do poder popular, ou seja, na capacidade de promover, concretamente, a participação popular na construção de um projeto político socialista e na reconfiguração dos significados da democracia numa concepção popular. A Revolução Cubana e a Revolução Sandinista constituíram um marco na apreensão dessa dimensão política da educação.

O presente artigo busca apresentar a experiência educativa no contexto revolucionário cubano, com ênfase em quatro aspectos: os antecedentes pedagógicos da concepção educativa; os fundamentos educativos, filosóficos e pedagógicos da revolução; a centralidade da alfabetização e da revolução agroecológica e, por fim, as aprendizagens decorrentes de mais de seis décadas desse processo educativo.

### ***Antecedentes pedagógicos***

As experiências educativas construídas na América Latina e no Caribe, a partir de processos revolucionários socialistas, foram profundamente marcadas por antecedentes de um pensamento pedagógico germinal vinculado à ilustração latino-americana e caribenha e às lutas independentistas da região. Nessa direção, os princípios filosóficos, pedagógicos, políticos e metodológicos do venezuelano Simón Rodríguez e do cubano José Martí exerceram influência direta na concepção dos projetos educativos erigidos em Cuba, Nicarágua e Venezuela.

No âmbito da história das ideias pedagógicas e de uma filosofia da educação, identificamos algumas categorias que prefiguraram os preceitos da acepção da formação humana na base do pensamento

pedagógico de Martí e Rodríguez, a saber: Educação Popular, Descolonização do Pensamento, Poder Popular e Ética. Estas categorias articulam os valores morais, a intencionalidade política, a mediação pedagógica e a concepção do sujeito pedagógico latino-americano inerentes aos sentidos da formação humana.

Para adentrar a essa abordagem, é necessário recuperar alguns elementos constitutivos do pensamento pedagógico latino-americano que demarcaram uma primeira abordagem do conceito de Poder Popular a partir da proposição de um projeto educativo e pedagógico. A Educação e a Pedagogia apreendidas em um sentido político, destinavam-se a formar mulheres e homens para o exercício de uma práxis vinculada ao estabelecimento da libertação política e à conformação do Estado-nação. Nessa direção, o conceito de Poder Popular surgiu num contexto de erupção revolucionária no continente, em um momento histórico em que se requeria a tarefa de promover processos educativos que permitissem alavancar as nascentes repúblicas e fortalecer uma formação intelectual e moral com visões ao novo homem e à nova mulher. Ademais, almejava-se consolidar um projeto de nação que lograsse superar o *ethos* colonial e escravocrata do período histórico anterior.

O final do século XVIII constituiu o marco fundacional, por assim dizer, do nascimento da ilustração latino-americana e caribenha e das primeiras propostas para a elaboração de um projeto educativo articulado à concepção de uma nova cultura destinada à formação de homens e mulheres livres, que exercessem plenamente uma participação popular com visões à emancipação política da região. Nesse período, foi atribuído à educação o dever político de educar o povo, a partir de um viés em que a ignorância era reconhecida como um mal social e o verdadeiro obstáculo à construção de repúblicas politicamente livres e dotadas de sua própria identidade nacional e regional.

Entre as prístinas obras da nascente ilustração caribenha e latino-americana, destacam-se os escritos de Simón Rodríguez, a exemplo do livro “Luces y Virtudes Sociales” (1840). Esta obra era dedicada à formulação do conceito de Educação Popular e seu papel na consolidação da soberania nacional, na fundação de valores morais e na exaltação da cultura como princípio formativo de uma nação e de seu povo. Nela, a categoria “Popular” era entendida como sinônimo de “Geral”.

Considerar a educação como um objeto de análise política e, além disso, conferir-lhe os atributos de “geral” e “popular”, era considerado um fator sem precedentes na proposição de uma agenda política para as repúblicas que viessem a ser estabelecidas. Esta foi a originalidade da abordagem de Simón Rodríguez, principalmente porque ele compreendeu, previamente, que a revolução política só poderia ser alcançada por meio de uma revolução cultural, ancorada em processos educativos que gerariam uma autêntica libertação do pensamento. Ao mesmo tempo, o educador venezuelano concebeu que o acesso à educação seria proporcionado por meios públicos, ou seja, como um direito garantido pelos Estados republicanos. Nas palavras de Rodríguez (2007, p. 69), “o que não é JERAL, [sic] sem exceção não é verdadeiramente PÚBLICO e o que não é PÚBLICO não é social” (tradução nossa).

Simón Rodríguez moldou a gênese do pensamento pedagógico e do debate político latino-americano sobre o papel estratégico da educação na construção de uma nova sociedade. Para Rodríguez (2007), “sem luzes não há virtude” e as repúblicas nascentes teriam o dever político e social de garantir a

educação popular, pública e geral. Nesta perspectiva, Simón Rodríguez considerou que a assunção de um compromisso político com a educação era uma das formas de consolidar uma revolução latino-americana. Isto teria lugar na luta contra a ignorância, já que esta era o principal inimigo das nações livres e emancipadas.

Do mesmo modo, Simón Rodríguez estabeleceu o vínculo entre a educação e o pleno exercício do Poder Popular. Nessa direção, considerava fundamental fortalecer uma concepção tática dos processos educativos que seriam destinados à formação do povo, uma vez que deveriam conduzir à formação política de homens e mulheres, uma estratégia essencial para a consolidação de um sujeito histórico e na construção de nações baseadas numa práxis política resultante do Poder Popular. Em suas palavras:

Muitos trabalhos foram publicados sobre Educação em geral, e alguns sobre o modo de aplicar seus princípios para formar certas classes de pessoas; mas ainda não foram escritos para educar povos que se erguem em nações - em um vasto solo desértico - em grande parte habitável - e transitável em quase todas as direções: em um tempo em que a luz da razão ilumina os principais pontos do globo: e em circunstâncias tão singulares como as da reação da ignorância contra a filosofia triunfante. A América deve hoje considerar a leitura de obras didáticas (especialmente as que lidam com a sociedade) como um dos seus principais deveres (RODRÍGUEZ, 2007, p. 73, tradução nossa).

A Educação Social foi a primeira proposta educativa de Simón Rodríguez ao sistema republicano venezuelano, destinada a formar o espírito de unidade do povo, porque "a maior fatalidade do homem no estado social é não ter com os seus semelhantes um sentimento comum do que é conveniente para todos" (ORTÍZ, 1990, p.229, tradução nossa). Para Rodríguez, a Educação Social deveria articular dois eixos centrais: 1. Que o ensino deve dar prioridade aos "princípios sociais", em que o conhecimento adquirido é capaz de se tornar uma prática política e 2. Que deve também basear-se na formação para o trabalho, um espaço para a formação do conhecimento socialmente produtivo (PUIGGRÓS e GAGLIANO, 2004), capaz de gerar alternativas políticas, econômicas, sociais e culturais em articulação com o tecido social.

No entanto, na perspectiva de Simón Rodríguez, a educação não se limitava a aprender a ler e a escrever; pelo contrário, tinha de incorporar a cidadania como um princípio central na sociedade latino-americana. Do mesmo modo, antes do domínio das competências escolares, é a capacidade de fomentar ideias e interpretá-las, um atributo que realmente proporciona um espírito culto e emancipado. Em outros termos, a capacidade de ler o mundo e de se posicionar de forma crítica sobre ele. O risco de não alcançar este fim nos processos educativos foi uma preocupação constante de Rodríguez (2007, p. 88): "O que lerá aquele que não entende os livros? Do que falará aquele que não tem ideias?" (tradução nossa).

A capacidade de desenvolver o próprio pensamento filosófico, na elaboração da reflexão crítica e na promoção de ideias como os objetivos finais da educação para a revolução latino-americana e caribenha também estava presente nos escritos de José Martí. Na obra "Nuestra América", Martí (1977) apela a um despertar da América Latina e do Caribe para pensar em si mesma, num processo de descolonização do pensamento e de reconfiguração dos nossos referentes socioculturais, numa perspectiva latino-americana e latino-americanista, um elemento necessário, especialmente nos processos políticos e na arte de governar. Para este feito, José Martí advertiu que:

Estes tempos não são para deitar-se com um lenço na cabeça, mas com armas de travesseiro, como os homens de Juan de Castellanos: as armas do juízo, que derrotam todas as outras. Trincheiras de ideias valem mais do que trincheiras de pedra. (...) Não há

proa que corte uma nuvem de ideias. (...) As pessoas que não se conhecem devem se apressar para se conhecerem como aquelas que vão lutar juntas (MARTÍ, 1974, p. 157, tradução nossa).

Sob o prisma de José Martí, consolidar uma ideologia educacional e pedagógica com um fundamento filosófico fazia parte do labor político de uma releitura própria da América Latina e do Caribe, com o intuito de promover um autoconhecimento no âmbito da sua formação sociocultural e numa dimensão histórica e política. A educação em “Nuestra América” constitui um projeto histórico de conhecimento para uma interpretação da realidade do continente e de suas contradições a partir dos seus fatos históricos e da práxis política dos seus povos - povos originários, negros, brancos, mestiços. Aqui reside um princípio pedagógico martiniano fundamental, qual seja, o de prefigurar o processo educativo como um momento de reconstrução da unidade social, isto é, da unidade de um povo, cuja história está profundamente marcada por um estado de separação, enraizado em um *ethos* étnico-cultural e de classe.

Conforme Martí (1977), a recuperação (ou (re)construção) da outra história latino-americana e caribenha, baseada numa educação socialmente formativa, permitiria a homens e mulheres situar o seu pensamento no reconhecimento da nossa diversidade social e das nossas particularidades, especificidades, idiossincrasias como povo, como sociedade. Isso não permitiria a imposição de modelos educativos e políticos oriundos de outras realidades externas e alheias ao continente.

A concepção educativa e pedagógica de José Martí pode ser considerada uma filosofia da educação, erigida a partir de um enfoque integral e integrador, e axiológico, no sentido de erigir valores humanistas e em que se compreende o processo educacional em seu caráter complexo e contraditório. Nesse sentido, se explica a educação dos seres humanos como resultado de uma apreensão da natureza e da história humana, a partir da assimilação criadora da cultura e de seus valores universais (HEDMAN, 2008). Segundo a concepção de Educação em José Martí:

Educar é depositar em cada homem toda a obra humana que o antecedeu: é fazer de cada homem um resumo do mundo vivo, até o dia em que ele vive: é colocá-lo ao nível do seu tempo, para que ele flutue acima dele, e não fique submerso abaixo do seu tempo, para que não possa flutuar; é para preparar o homem para a vida (MARTÍ, 2011, p. 281, tradução nossa).

Essa preparação dos seres humanos para a vida, compreendida como princípio formativo auspiciado em um processo educativo, requer a unidade dialética entre o individual e o social. Na perspectiva de Martí (2011), um continente apregoado durante mais de três séculos por uma ordem social que negava o direito dos seres humanos ao exercício de sua razão, demonstrava que a superação de um regime colonial não se limitava à promulgação da independência política das nações, isto é, não residia numa mudança de forma, mas em uma mudança de espírito.

Outrossim, José Martí já antecipava sua preocupação com a geopolítica daquela época, sobretudo em como os Estados Unidos, país que consolidou sua independência, rapidamente avançava como uma potência política, econômica e cultural, capaz de se tornar a força política que substituiria os regimes coloniais anteriores. Em outros termos, Martí identificou o caráter imperialista dos Estados Unidos em sua política internacional, um fator que não deveria ser menosprezado para as nascentes repúblicas.

Nas origens da Ilustração latino-americana e caribenha, Simón Rodríguez e José Martí defenderam a construção de um projeto educativo como estratégia política para criar nações dotadas de um ideário político nacionalista e de fortalecimento do poder popular. Para ambos, a educação seria precursora de um povo livre, uma vez que fomentaria a liberdade de pensamento e a capacidade de gerar ideias. As verdadeiras repúblicas seriam construídas sobre a igualdade política entre homens e mulheres, o que só seria possível com a extensão do direito à educação. No entanto, esta não foi uma concepção de educação instrutiva, mas de caráter emancipatório. Nas palavras de Rodríguez (*apud* CÚNEO, 2007, p. 71):

[...] chegou o tempo de ensinar as pessoas a viver, para que elas possam fazer bem o que fizeram mal, sem que se possa impedir isso. Antes, elas se permitiam ser governadas, porque acreditavam que sua única missão, neste mundo, era obedecer: agora não acreditam e não podem ser impedidas de fingir [...] O povo não pode deixar de aprender, nem de sentir que é forte: não demorará muito para que o princípio norteador de todas as ações se torne comum entre eles, que é o seguinte: a força da massa está na MASSA e a moralidade no MOVIMENTO (tradução nossa).

A educação concebida para a América Latina e o Caribe teria de se propor como libertadora, descolonizadora, anticolonial e anti-imperialista, no sentido de reconstruir, apreender e divulgar o conhecimento proveniente dos detalhes (conhecidos e desconhecidos) de nossa própria história e de acordo com as necessidades que emergem da vida cotidiana do seu povo. Além disso, promover uma educação que desperte, nos corações e mentes do povo latino-americano e caribenho, um orgulho da história da resistência e das lutas que fazem parte do tecido social e político da nossa região.

Os antecedentes do pensamento pedagógico latino-americano e caribenho foram centrais para os processos revolucionários e permite-nos identificar a capacidade criativa na elaboração de uma teoria social genuína, que toma corpo a partir das revoluções que tiveram lugar ao longo do século XX na nossa região, na medida em que se apropriam do legado teórico e da memória histórica da resistência latino-americana e caribenha. Neste sentido, o século XX fornece-nos exemplos concretos do fortalecimento de um sujeito histórico-político popular, que constrói a sua consciência política na dialética da luta, ao impulsionar processos revolucionários de relevo na região.

### ***Os fundamentos educativos, filosóficos e pedagógicos do processo revolucionário cubano***

O legado do pensamento pedagógico de Simón Rodríguez e José Martí foi basilar no debate político e na elaboração teórica de uma concepção educativa que primasse pela consolidação de outro paradigma societário. Os históricos movimentos de resistência do continente, especialmente os de natureza revolucionária, basearam as suas ações e exigências políticas muito inspirados nas contribuições destes pensadores, além de outras e outros mais contemporâneos, que também se dedicaram à proposição de um projeto educativo e pedagógico articulado às suas realidades e pautas políticas.

Como se pôde analisar, tanto Simón Rodríguez como José Martí reconheceram a existência de uma dimensão educativo-pedagógica na formação do poder popular e de sua incidência no enfrentamento das diferentes formas de dominação. Em seus argumentos, defendiam a urgência na ruptura dos modelos

colonialistas e imperialistas de educação historicamente instituídos, cujo enunciado equivalia à consolidação de formas explícitas ou implícitas de dominação política, econômica e cultural.

O século XIX foi cenário da primeira revolução anticolonial da região, a Revolução Haitiana (1791-1804), pioneira no enfrentamento da ordem colonial e escravocrata instituída pela França em seu território. No limiar do século XX, a catarse das históricas rebeliões indígenas culminou na Revolução Mexicana de 1910, revolução articulada por forças populares camponesas e indígenas contra a ditadura de Porfirio Diaz e inspiradas nos princípios teórico-políticos do anarco-sindicalismo e do agrarismo (HERZOG, 1972). Em meados do mesmo século, emergiram outros movimentos de libertação nacional, clandestinos e de guerrilha armada, que resultaram em movimentos revolucionários,<sup>4</sup> como a Revolução Cubana, em 1959, e a Revolução Sandinista, na Nicarágua, em 1979. A denúncia da função sociocultural e política do latifúndio no processo de expropriação territorial e de subalternização dos povos originários, afrodescendentes e camponeses constituiu um dos motores desses processos revolucionários.

Embora a Revolução Soviética e o debate teórico-político do marxismo-leninismo tenham inspirado Cuba e Nicarágua em seus processos revolucionários, há de se dizer que ambas as revoluções também tiveram momentos de discordância política, ou ainda, de ruptura com as diretrizes do Partido Comunista Russo, sobretudo após a ascensão de Stalin ao poder (BARBOSA, 2017). Nesse sentido, ambas conceberam um projeto revolucionário em diálogo com seu próprio processo nacional e regional, no anseio de superar as contradições inerentes às determinações históricas das relações de exploração, dominação e poder das elites nacionais, em articulação com a ação imperialista da geopolítica internacional.

Para o caso específico da Revolução Cubana, esta recuperou e se inspirou nos princípios educativos, filosóficos e pedagógicos de Simón Rodríguez e José Martí. E já no início do processo revolucionário, foram lançadas as bases para a formulação de uma nova política educativa, com uma série de elementos para refinar os princípios e orientações de um projeto educativo com expressão própria e com uma intencionalidade política revolucionária em direção à consolidação do socialismo.

Nos inícios do processo revolucionário cubano, o Programa Socialista destacava a necessidade de erradicação do que Fidel Castro denominou como as seis problemáticas que caracterizavam a pior de todas as heranças (Castro, 1964): o problema da terra, o problema da industrialização, o problema da moradia, o problema do desemprego, o problema da educação e o problema da saúde do povo. No caso específico das heranças no campo educativo para a alienação cultural e política, analisa Fidel Castro (1974, p. 25-26):

Nosso povo vivia na ignorância das questões mais essenciais da economia, em uma ignorância que foi produto do interesse de sempre manter o povo inculto. Por que? Porque só na ausência de uma consciência política e econômica se podia fazer as coisas que aqui se fizeram, se podia erigir a demagogia que aqui sempre existiu, elaborar todas as mentiras com que aqui se tratava de explicar uma questão tão essencial para a vida do povo como é a questão da economia [...] Queriam nos fazer acreditar que éramos livres antes, quando nem sequer existiam escolas para ensinar a pensar; livres para ler, quando nem sequer existiam livros; livres para governarmos-nos quando o povo não contava absolutamente para nada (tradução nossa).

A concepção de um projeto educativo baseado num processo revolucionário socialista parte do entendimento de que a educação é um eixo fundamental e transversal para a conformação de uma

consciência crítica que permita o avanço de outro projeto político, de caráter popular, na América Latina e o Caribe. Isto significa conceber uma formação que conduza ao fortalecimento do poder popular e que requer, também, outra concepção educativa, de escola e de disciplina pedagógica para uma desconstrução das matrizes de pensamento intrínsecas ao paradigma capitalista, de caráter individualista e de reprodução da exclusão social e do antagonismo de classe.

No processo revolucionário cubano observamos, desde a concretização da Revolução, em 1959, a preocupação em estabelecer, de imediato, os primeiros passos de um projeto educativo socialista. Uma primeira problemática educativa a ser superada estava relacionada com os altos índices de analfabetismo, sobretudo entre as populações rurais. Nessa direção, as Campanhas de Alfabetização constituíram a prístina missão educativa na Cuba revolucionária.

É válido destacar que, desde seu início, tanto Fidel Castro como Ernesto *Che* Guevara assimilaram e propagaram os princípios filosóficos e pedagógicos de José Martí, inspirando-se neles para delinear os fundamentos que consideravam imprescindíveis para uma formação humana de base socialista. Inclusive, os escritos e discursos políticos de Ernesto *Che* Guevara são considerados uma obra pedagógica, da qual se podem extrair vertentes da concepção socialista de educação e de pedagogia.

A filósofa cubana Lídia Turner, reconhecida estudiosa do pensamento pedagógico de Ernesto *Che* Guevara, destaca alguns elementos que considera relevantes enquanto conceitos pedagógicos: 1. A educação é um fenômeno intrinsecamente social e sua prática acontece em uma relação plural entre as pessoas; 2. O fator fundamental e definitivo da sociabilidade educativa se vincula ao seu caráter humanizador, por ser produto social tanto em sua origem como em sua constituição e natureza (MARTÍ, 2007).

Conforme analisa Martí (2007), um elemento central da *práxis* pedagógica de *Che* Guevara consiste no método educativo do debate, da polêmica e da confrontação das ideias diferentes. A potência pedagógica desse método consiste na interpelação das ideias e pontos de vista distintos no processo de formação e interiorização dos valores, sobretudo para promover um processo de assimilação de ideias não de forma passiva, mas baseado em uma reflexão crítica, problematizadora e de uma argumentação que convirja à elaboração de um pensamento convicto.

Outro aspecto que consideramos basilar no pensamento pedagógico de *Che* Guevara diz respeito à Pedagogia do Exemplo, que se inspira no legado de José Martí. Conforme Guevara (1970, p. 615-616):

[...] Martí foi o mentor direto de nossa Revolução, o homem cuja palavra teríamos que recorrer sempre para dar a interpretação justa dos fenômenos históricos que estávamos vivendo, e o homem, cuja palavra e cujo exemplo teríamos de recordar cada vez que quiséssemos dizer ou fazer algo transcendente nesta Pátria [...] se deve honrar a Martí na forma que ele queria que o fizera, quando dizia a pleno pulmão: “A melhor maneira de dizer, é fazer” (tradução nossa).

Na perspectiva guevarista, a linguagem revolucionária não envelhece (GUEVARA, 1970): as palavras do Martí de hoje não são de museu, estão incorporadas à nossa luta e são nosso emblema, são nossa bandeira de combate” (GUEVARA, 1970, p. 619, tradução nossa).

Sempre era recorrente, nos pronunciamentos públicos de *Che* Guevara, uma concepção de educação universal e em estreito vínculo com a vida social e os desafios cotidianos para a consolidação de

um projeto socialista. Essa acepção educativa não visava a uma abordagem educacional abstrata, da ordem do devir ser. Ao contrário, o anseio por erigir uma *práxis* educativa socialista se vinculava a um processo pedagógico que se constrói no presente, no dia a dia de uma revolução que se deseja consolidar. Essa compreensão da educação socialista nos desafia a sairmos da comodidade de uma análise apenas teórica e avaliadora dos processos de outrora ou contemporâneos e que, por vezes, se assentam em um sentido de tão somente averiguar suas limitações e assinalar seus vazios de direção e intencionalidade política. Em outros termos, análises teóricas esvaziadas de uma *práxis* política concreta, portanto, ausentes de exemplo.

Essa pedagogia social auspiciada por *Che* Guevara situava a formação socialista a partir do vínculo orgânico com o trabalho como princípio educativo:

A capacitação dos trabalhadores ativos se inicia nos centros de trabalho no primeiro nível educacional: a eliminação de algumas reminiscências do analfabetismo que estão nos lugares mais distantes, os cursos de seguimento, depois, os de superação obreira para aqueles que alcançaram o terceiro grau, os cursos de Mínimo Técnico para os trabalhadores de mais alto nível, os de extensão para formar em sub-engenheiros aos trabalhadores qualificados, os cursos universitários para todo tipo de profissional e, também, os administrativos (GUEVARA, 1970, p. 181, tradução nossa).

O trabalho como princípio educativo emerge do pensamento pedagógico de Guevara em três vieses: 1. O vínculo com a prática social, sobretudo no contato com o trabalhador e o processo produtivo; 2. Na apreensão da técnica e no vínculo entre trabalho intelectual e manual; 3. No exercício do trabalho voluntário para a introjeção da solidariedade como um valor humano. Em suas palavras:

Esta é a forma de educação que melhor enquadra a uma juventude que se prepara para o comunismo: a forma de educação na qual o trabalho perde a categoria de obsessão que tem no mundo capitalista e passa a ser um grato dever social, que se realiza com alegria, que se realiza ao som de canções revolucionárias, em meio à camaradagem mais fraternal, em meio de contatos humanos que revigoram a uns e outros, e a todos elevam (GUEVARA, 1970, p. 165, tradução nossa).

A Pedagogia do Exemplo e o trabalho como princípio educativo foram premissas fundamentais de um projeto educativo socialista e que conduziram Cuba à erradicação do analfabetismo, projetando o país como uma referência mundial em matéria educativa. A pedagogia social como teoria da ação educadora da sociedade em direção ao indivíduo foi a base da concepção da educação socialista cubana, ou seja, a sociedade em seu conjunto deve converter-se em uma grande escola (GUEVARA, 1970).

Outro princípio do pensamento pedagógico guevarista diz respeito ao coletivismo, como valor ético e projeto educativo, que constitui um contraponto ao individualismo, à propriedade privada e à competitividade propalados pelo espírito do capitalismo. Para Ernesto Che Guevara, “O individualismo como tal, como ação única, de uma pessoa colocada sozinha em um meio social deve desaparecer em Cuba. O individualismo deve ser, no dia de amanhã, o aproveitamento cabal de todo indivíduo em benefício absoluto de toda coletividade (GUEVARA, 1970, p. 74, tradução nossa). O coletivismo também se associava à necessidade de criar as bases para uma autoeducação dirigida à eliminação do egoísmo como traço herdado do capitalismo.

Importante salientar que Ernesto *Che* Guevara foi um impulsionador de uma concepção educativa baseada na integração entre educação, ciência e técnica, sobretudo para uma apropriação das problemáticas

econômicas vigentes em Cuba durante os primeiros anos da revolução. Portanto, desenvolveu a tese em torno ao papel da educação e da ciência no desenvolvimento das repúblicas que formam a América, em diálogo com os antecedentes pedagógicos martinianos (MARTÍ, 2007). Em outros termos, o desenvolvimento de uma ciência a serviço do povo, tese compartilhada por outros pensadores que se inspiraram na pedagogia socialista cubana, a exemplo de Orlando Fals Borda e sua defesa de uma ciência para a causa popular (BONILLA *et. al.*, 1972).

A garantia do direito à educação, nos Círculos de Cultura para as crianças, bem como da educação básica à universitária, pública, gratuita, laica e popular, constituiu parte fundamental do processo educativo socialista em Cuba, também inspirado no legado de José Martí. O sentido da educação no processo revolucionário era o de erigir um conhecimento social e científico cubano, nutrido pelos ensinamentos provenientes dos diferentes princípios educativos presentes nos escritos martinianos em torno do pensamento político, social, filosófico, literário, econômico, além daqueles concernentes à ciência e à técnica (Ministerio de Educación Superior, 1997).<sup>5</sup> Vejamos o que dizia Guevara a respeito:

A intenção do Governo Revolucionário é converter nosso país em uma grande escola, onde o estudo e o êxito nos estudos sejam um dos fatores fundamentais para o melhoramento da condição do indivíduo, tanto economicamente, como em sua localização moral dentro da sociedade (GUEVARA, 1970, p. 181, tradução nossa).

Outrossim, a concepção educativa de Guevara se aproxima do pensamento pedagógico de Simón Rodríguez e seus postulados em torno à Educação Popular, entendida como educação geral para todo o povo. Um processo educativo mediante o trabalho social, acrescido de valores revolucionários, a exemplo do internacionalismo, do coletivismo e da intransigência revolucionária.

### ***A Campanha Nacional de Alfabetização e a Revolução Agroecológica***

Em mais de seis décadas de impulso de um processo educativo de base socialista, Cuba é uma referência internacional em termos de formação educativa de caráter universal e estético, considerando que a arte e a música sempre se fizeram presentes na base formativa das escolas cubanas e na elevação cultural de sua sociedade. Conforme afirmava Fidel Castro (1974), a cultura é a grande herança que a humanidade tem. Em suas palavras: “qualquer homem humilde, qualquer trabalhador, qualquer filho de qualquer família humilde é dono dessa herança” Castro, 1974, p. 40, tradução nossa).

Os princípios pedagógicos do coletivismo e do internacionalismo se expressam em diversos processos educativos internos e externos impulsionados pelo governo cubano, a propósito da Escola Latino-Americana de Medicina, em funcionamento desde 1999, e que já formou médicas e médicos de diferentes países da região e vinculados a diversas organizações e movimentos populares.

Para fins de escopo do artigo, gostaria de destacar dois processos que considero centrais dentro da proposta educativa socialista cubana, a saber, as Campanha Nacional de Alfabetização, experiência primeira da revolução, e a territorialização da agroecologia, processo articulado pelo Movimento Agroecológico “De Camponês a Camponês” (MACAC), da Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP), principal articulação camponesa do país.

No início do processo revolucionário, se deu a primeira etapa de conformação do Sistema Educacional da Revolução, pautado em premissas históricas que conduzissem a transformações concretas a partir do sistema educativo: 1) destruir o corrupto sistema de gestão da educação de base colonial; 2) trabalhar ativa e criativamente para construir os alicerces do novo sistema de educação popular; 3) destruir as bases de sustentação dos antagonismos de classe e racial e seu impacto no acesso à educação; e 4) erigir um movimento educacional de massa, capaz de realizar a revolução cultural de natureza emancipatória (PÉREZ-CRUZ, 2011).

O período preparatório da Campanha de Alfabetização aconteceu entre 1959 e 1960, período em que Fidel Castro anuncia o programa de alfabetização como a primeira tarefa revolucionária:

No próximo ano [1961], vamos livrar a batalha contra o analfabetismo. No ano que vem, temos que estabelecer uma meta: liquidar o analfabetismo do nosso país. Como? Mobilizando o povo, estabelecendo esse compromisso ao povo, às brigadas, às organizações camponesas e de trabalhadores [...] E quem vai ensinar? O povo. [...] há de se fazer envergonhar-se de não saber ler e escrever a todo aquele que não saiba ler nem escrever, sobretudo depois de havermos dado a oportunidade a todo mundo (Castro, 1974, p. 40, tradução nossa).

Para tanto, se articulou, em 1959, a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação Fundamental, instância responsável pela organização do trabalho pedagógico, de formação dos alfabetizadores e da elaboração de materiais didáticos, como a Cartilha Venceremos.<sup>6</sup> Outrossim, esta Comissão, conformada por representantes do Ministério da Educação, de outros Ministérios e organizações sociais realizou o censo educacional para identificar a quantidade de pessoas em condição de analfabetismo. A partir de 1961, se deu início à Campanha Nacional de Alfabetização, com o intuito de erradicar o analfabetismo no país.

A Cartilha Venceremos continha quinze temas a serem trabalhados durante o processo de alfabetização (Peroni, 2006): 1. OEA (Organização de Estados Americanos); 2. INRA (Instituto de Reforma Agrária); 3. A Cooperativa de Reforma Agrária; 4. A terra; 5. Os pescadores cubanos; 6. O comércio do povo; 7. Cada cubano dono de sua casa; 8. Um povo sano na Cuba Livre; 9. INIT (Instituto Nacional da Indústria Turística); 10. As Milícias; 11. A Revolução ganha todas as batalhas; 12. O povo trabalha; 13. Cuba não está sozinha; 14. O ano da Educação e 15. Poesia e alfabeto. Podemos aferir, com base no temário da Cartilha Venceremos, que havia a intencionalidade pedagógica e política de abordar, criticamente e em uma vertente revolucionária, as problemáticas herdadas do processo sócio-histórico cubano e que compunham os grandes entraves a serem superados em um Programa Socialista, conforme analisado por Fidel Castro.

A Campanha Nacional de Educação foi organizada em três etapas, a saber (Peroni, 2006):

- ❖ Primeira Etapa da Campanha (janeiro a abril de 1961): destinado às medidas organizacionais e de capacitação do conjunto de alfabetizadores, dos técnicos de base e dos dirigentes das Brigadas. Nesse período foram criadas as Comissões Municipais e realizadas as Brigadas experimentais, chamadas de brigadas-piloto;

- ❖ Segunda Etapa da Campanha (abril a setembro de 1961): período de ampliação das Brigadas de Alfabetização e de criação das Comissões Provinciais, que tinham um papel mediador entre a Comissão Nacional e as Comissões Municipais;
- ❖ Fase Final da Campanha (setembro a dezembro de 1961): período marcado pela realização do Congresso Nacional de Alfabetização, com a participação de delegadas e delegados de todo o país, com o objetivo de avaliar o andamento da Campanha e propor metas para a etapa final.

No caso cubano, a Campanha Nacional de Alfabetização foi central para a erradicação do analfabetismo e para o impulso de uma organização e mobilização nacional envolvendo toda a sociedade cubana. Essa mobilização, própria de uma Pedagogia Social, proporcionou um processo formativo para enraizar valores revolucionários, ao tempo em que se promovia a formação política nacional, desde a infância até a idade adulta. Isto porque, nos dois primeiros anos da revolução, não havia recursos suficientes para garantir a infraestrutura, desde espaços físicos, materiais didáticos e escolares, o que conduziu à busca de estratégias que garantissem o pleno desenvolvimento da Campanha.

Iniciou-se uma articulação de entidades, a propósito da Central de Trabalhadores de Cuba (CTC), que cedeu seus espaços sindicais e doou materiais escolares para a Campanha Nacional de Alfabetização. Esse momento inicial abriu caminho para o Movimento Educacional e a organização de Brigadas de Alfabetização conformadas por alfabetizadores e alfabetizadoras voluntários, totalizando mais de 250 mil que alfabetizaram uma média de 700 mil pessoas analfabetas. É importante ressaltar que entre esses voluntários estavam muitas crianças e adolescentes que se ofereceram para participar das Brigadas.<sup>7</sup>

A propósito do processo de mobilização popular para incorporar-se às Brigadas de Alfabetização, destaca Fidel Castro:

No campo estava o maior número de analfabetos e era lógico que, portanto, no campo existisse o menor número de alfabetizadores. A cifra maior de alfabetizadores estava também nas cidades. Um grande número de alfabetizadores voluntários são trabalhadores que tem que ir ao seu trabalho diariamente. E, no entanto, o maior número de analfabetos estava nos campos e, principalmente, nas montanhas. Como afrontar essa nova dificuldade? Pois, simplesmente, mobilizando os alfabetizadores para as montanhas. Foi aí quando surgiu a ideia de chamar os estudantes, isto é, chamar a todos os jovens do ensino pré-universitário e da educação básica, aos estudantes do pedagógico, aos estudantes de comércio e, enfim, de todas as escolas de ensino básico para mobilizá-los (Castro, 1974, p. 42-43, tradução nossa).

Outra iniciativa foi a Campanha de Alfabetização para Cegos, realizada entre 1979 e 1983, e que alfabetizou 1.500 pessoas, a partir do trabalho voluntário de ativistas da Federação de Mulheres Cubanas, além de bibliotecárias e bibliotecários. A Associação Nacional de Cegos (ANCI) e o Ministério de Educação articularam um processo de aprendizagem da linguagem *Braille* na rede de bibliotecas públicas cubanas (ASOCIACIÓN CUBANA DE LAS NACIONES UNIDAS, s/d).

Conforme mencionado, a Campanha Nacional de Alfabetização foi fundamental para materializar os princípios pedagógicos e filosóficos de uma concepção educativa de base popular, sobretudo ao tornar a problemática do analfabetismo um problema nacional que não se restringe à órbita do Estado, mas que é apreendido como um problema das massas. Vemos na Campanha o movimento histórico dos valores éticos e morais, bem como a dimensão do poder popular, pautados no pensamento pedagógico de Simón

Rodríguez e José Martí, além daqueles que se consolidavam no cotidiano da revolução socialista e sobre os quais Fidel Castro e Ernesto *Che* Guevara escreveram: o coletivismo, o voluntariado, a ética e a intransigência revolucionária.

Na Campanha Nacional de Alfabetização também se concretiza o trabalho como princípio educativo, no momento em que as voluntárias e voluntários das Brigadas de Alfabetização constroem, em diálogo com a classe trabalhadora do campo, a consciência de classe em si e para si, em uma rearticulação do trabalho intelectual e manual como momento constitutivo da existência ontológica do ser humano. Essa dimensão ontológica se assenta na capacidade criadora e que não pode ser dissociada pelo princípio das separações promovido pela racionalidade capitalista em sua alienação material e cultural. Conforme analisava Fidel Castro (1974, p. 74):

Hoje em dia, muitos dos problemas que nossos trabalhadores intelectuais têm, derivam, precisamente, dessa separação, dessa falta de contato com as realidades em todo o período de sua formação. Podemos dizer que o princípio da combinação do estudo e do trabalho é, em primeiro lugar, uma ideia marxista, uma ideia revolucionária; ademais, é uma necessidade da pessoa e é uma necessidade da sociedade (tradução nossa).

O trabalho como princípio educativo e de reconstrução da unidade dialética e ontológica do trabalho intelectual e do trabalho manual se consolida, portanto, na experiência pedagógica na Campanha Nacional de Alfabetização. Em 1974, argumenta Fidel Castro (1984, p. 88):

Acreditamos que o jovem que cresce sem ter ideia de como se produz uma espiga de milho, uma fruta, como se produz o açúcar, como se produz os tecidos, como se produz a carne, o leite, os alimentos, acreditamos que o jovem que não tenha ideia disso, simplesmente crescerá ignorando algo que é fundamental. Sem ter ideia disso crescerá um jovem deformado. E não se esqueçam de algo: que a inspiração de nossa sociedade, de nossa revolução é que algum dia trabalho manual e trabalho intelectual sejam realizados praticamente por todos (tradução da autora).

Adentramos, aqui, a outro processo educativo da Revolução Cubana, que é a criação do Movimento Agroecológico “De Camponês a Camponês”, com o fito de promover a transição, escalonamento e territorialização da agroecologia, por meio de uma metodologia de trabalho horizontal, denominada Metodologia “De Camponês a Camponês” (CaC). É válido destacar que esta metodologia não foi criada em Cuba, mas desenvolvida por primeira vez na Ásia, na década de 1920. Na América Latina, a Metodologia CaC foi difundida por indígenas camponeses da Guatemala, em 1972. Entre as décadas de 1970 e 1990 se expandiu de forma exitosa nas zonas rurais de diferentes países da América Central, sobretudo na Nicarágua e em Honduras, adentrando também outros países, como o México.

Na sua origem, a Metodologia CaC consiste em uma reação à imposição do modelo convencional de assistência técnica, em que o profissional técnico é considerado o sujeito ativo do processo produtivo e as organizações camponesas são consideradas apenas receptoras das instruções técnicas para manter um determinado padrão da produção agropecuária. Há, portanto, uma crítica à concepção tecnicista, ao tempo que se propõe uma metodologia horizontal de trabalho, de base popular, dinâmica e criativa, que permita a plena participação coletiva, em que as comunidades camponesas assumam o controle de seus processos produtivos como sujeitos partícipes, em diálogo com um conjunto de saberes de vida e de luta herdados historicamente a partir de seus processos de organização política.

A Metodologia CaC chegou à Cuba em 1997, a partir de um intercâmbio colaborativo com a organização camponesa Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos, da Nicarágua (UNAG). Devido aos antecedentes pedagógicos da educação socialista em Cuba, a Metodologia CaC assume outra dimensão neste país, ao tornar-se o Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês (MACAC), a partir do estímulo e ação política da Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP), principal organização camponesa em Cuba. Desde que assumiu o MACAC como um processo nacional, a ANAP aperfeiçoou a metodologia e mobilizou centenas de famílias camponesas cubanas em todo o país, impulsionando o MACAC e tornando-se uma referência na transição agroecológica e na territorialização da agroecologia não só em Cuba, mas em toda América Latina e Caribe (MACHÍN-SOSA, *et. al.*, 2013).

Em 2001, realizou-se o Primeiro Encontro Nacional do Programa Agroecológico de Camponês a Camponês, momento em que se tomou por diretriz transformar a territorialização da agroecologia em um Movimento Estratégico e Político, sobretudo porque: “[...] abrange experiências que vão além da produção. E é também um movimento de massas [...] porque incorpora todo o campesinato. [...] porque contém os princípios econômicos, sociais e éticos para cumprir esse dever [...] do campesinato, que é produzir para o povo (MACHÍN-SOSA, *et. al.*, 2013, p. 81).

A presença da ANAP como impulsora do MACAC garante que a territorialização da agroecologia se articule à política agrária auspiciada pela Revolução Socialista Cubana, com uma produção agropecuária de base familiar e camponesa. É válido salientar que a ANAP tem cumprido um papel ideológico e político central na organização do campesinato, a partir de sua base social, e em sua inserção na economia e na sociedade cubana. Conforme analisam Machín-Sosa, *et. al.* (2013, p. 79), “por meio de sua organização na ANAP, a família camponesa cubana desenvolveu sentimentos e valores como cooperação, coletivismo, solidariedade e internacionalismo, que são básicos e correspondem aos da sociedade cubana.

A ANAP faz parte da Coordenação Global da Via Campesina Internacional (LVC). Portanto, suas ações são coordenadas com a estratégia global da LVC no enfrentamento do capitalismo industrial e na disputa hegemônica de uma concepção de território como espaço de reprodução da vida, em que a produção de alimentos saudáveis pela agricultura familiar camponesa também é parte constitutiva de um projeto socialista. O impulso da agroecologia constituiu um fator importante no processo revolucionário cubano, sobretudo para fazer frente ao embargo econômico dos Estados Unidos, que afeta, entre outros processos internos, a aquisição de alimentos. Nesse sentido, a ANAP tem promovido uma formação contínua na Metodologia CaC, com o intuito de garantir uma soberania alimentar em território cubano.

No processo de transição ou territorialização da agroecologia, a ANAP fomenta a elaboração e implementação de metodologias de socialização horizontal de conhecimento para o fortalecimento de processos territoriais. Sendo assim, há uma dimensão pedagógica na Metodologia CaC, que acontece em visitas realizadas entre as famílias camponesas para identificar soluções encontradas por outras famílias camponesas a problemas produtivos comuns (por exemplo, um solo infértil ou uma praga no plantio). A visita constitui a mediação pedagógica de saberes camponeses na resolução de problemas relacionados à produção agropecuária em perspectiva agroecológica (Fernandes; Barbosa, 2020).

Do mesmo modo, a implementação da Metodologia CaC tem propiciado uma descolonização do pensamento (Fernandes, *et. al.*, 2021), uma vez que as famílias camponesas passam a identificar e reconhecer um conjunto de conhecimentos de matriz camponesa que, historicamente, foram desprezados e/ou inferiorizados. Em realidade, uma das dimensões da alienação cultural intrínseca às lógicas de separação do capitalismo é o epistemicídio e a colonização do pensamento, em nome da instauração da homogeneidade cultural, imprescindível à assimilação dos valores capitalistas.

Nesse caso, o capitalismo industrial, articulado à regulação de um Estado capitalista, fomenta a alienação cultural do campesinato, ao condicionar o acesso às políticas agrárias à incorporação de uma lógica produtiva baseada no monocultivo com sementes transgênicas, no uso intensivo de agrotóxicos e de técnicas de produção que dependem da assessoria técnica especializada. Portanto, o capitalismo industrial não só promove a alienação no âmbito das relações de produção, ao expropriar a terra das famílias camponesas, como também fomenta a alienação cultural, ao despojá-las do conhecimento ancestral do campesinato, que contém uma memória biocultural em torno às sementes, ao manejo do solo, hídrico e solar, ao romper a matriz de produção adequada para cada bioma e as tecnologias sociais.

Podemos aferir que a alienação cultural constitui uma estratégia para a totalização homogeneizadora do capitalismo (Zavaleta, 2009) e sua reprodução ampliada, na aniquilação de economias não capitalistas. Ao recompor a unidade dialética do trabalho como princípio educativo atrelado à agroecologia, não só para a produção de alimentos saudáveis, mas na restauração das relações sociais e com a natureza, o MACAC realiza uma *práxis* pedagógica articulada por uma Pedagogia Camponesa Agroecológica (BARBOSA; ROSSET, 2017) baseada na *pedagogia do exemplo*, e no diálogo de saberes entre camponeses, e entre camponeses e técnicos facilitadores de processos. Associada à descolonização do pensamento e na ética camponesa, o MACAC consolida os princípios pedagógicos martinianos. A Escola Nacional Niceto Pérez, da ANAP, desenvolve processos permanentes de formação na Metodologia CaC junto às organizações da Via Campesina Internacional, com a promoção de intercâmbio de experiências junto às cooperativas e famílias camponesas partícipes do MACAC em Cuba.

### ***O que nos ensina a educação socialista cubana? Reflexões finais***

Na história das revoluções, a Revolução Cubana constitui uma revolução vigente, com mais de sessenta anos de construção de um projeto socialista, em um contexto permeado por desafios, contradições, superações e inovações, na utopia de pensar uma revolução própria, com um rosto caribenho e latino-americano, aprendizagem herdada de seus inspiradores, Simón Rodríguez e José Martí.

No âmbito da concepção, condução e consolidação de um projeto educativo socialista, Cuba se torna um exemplo em termos de resoluções de problemáticas históricas do campo educativo, ainda muito presentes em nossas realidades nacionais, a propósito do analfabetismo e do não acesso à educação pública, gratuita e universal para a totalidade das nossas infâncias e juventudes. Alguns ensinamentos da experiência cubana têm sido incorporados em processos políticos articulados pelo campo popular, notadamente entre organizações e movimentos populares.

Um primeiro ensinamento consiste na transcendência dos valores inerentes ao pensamento pedagógico de Simón Rodríguez, José Martí e Ernesto *Che* Guevara na articulação de Cuba no fomento de processos educativos e formativos em outros países, sobretudo ao receber quadros militantes para serem formados em seu território ou apoiar experiências educativas em outros territórios. Um exemplo é a formação no “Método de Alfabetização Sim, Eu Posso”, que tem sido desenvolvido em uma diversidade de países, como uma ação direta para a erradicação e superação do analfabetismo.

O fato da ANAP ser membro da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC), representação regional da Via Campesina Internacional, permitiu que a Metodologia CaC fosse ampliada a outros territórios camponeses. No Brasil, por exemplo, há assentamentos de reforma agrária vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com experiências de transição agroecológica em curso, fomentadas pela Metodologia CaC (MST, 2019).

Além disso, a própria ANAP tem recebido organizações membro da Via Campesina Internacional (LVC) para participar de cursos de formação em agroecologia realizados na Escola Nacional Niceto Pérez. Ademais, a ANAP tem participado na construção de novos processos de territorialização da agroecologia articulados por organizações membro da LVC, notadamente em suas escolas de formação, como os Institutos Latino-Americanos de Agroecologia (IALAS), e em outras escolas existentes na América Latina, África e Ásia (Rosset, *et. al.*, 2021). Nesse momento coetâneo da revolução cubana, a agroecologia tem ganhado mais espaço entre as famílias camponesas enquanto estratégia central para a garantia da soberania alimentar e na defesa dos territórios.

Outros ensinamentos que emergem da experiência cubana estão relacionados à necessidade histórica da persistência da utopia revolucionária, embora com uma dose de realismo de que uma revolução deve ser feita por mulheres e homens concretos, ou seja, uma revolução deve ter uma base social e popular. Não é obra pura e simples de uma vanguarda intelectual. Despertar o espírito revolucionário no povo é uma tarefa que nos herda Cuba, país que construiu as condições históricas de seu próprio processo, pensando com cabeça própria a concepção de revolução a construir e a consolidar e que existe e resiste em mais de seis décadas, em que não finda a ação imperialista dos Estado Unidos, mas também não finda a tocha acesa na consciência daqueles que acreditaram que a revolução ainda é um caminho para a emancipação humana.

### **Referências:**

- ASOCIACIÓN CUBANA DE LAS NACIONES UNIDAS. **Breves apuntes de su importancia política-social y su impacto en el desarrollo económico de nuestro país.** Material impresso sem data.
- BARBOSA, L.P. Legados e rupturas da Revolução Soviética desde as lutas sociais na América Latina. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, vol. 13, n. 24, p. 107-138, 2017.
- BARBOSA, L.P.; ROSSET, P.M. Educação do Campo e Pedagogia Camponesa Agroecológica na América Latina: aportes da La Via Campesina e da CLOC. **Revista Educação & Sociedade**, vol. 38, nº 140, p. 705-724, 2017.
- BONILLA, V. D., *et. al.* **Causa Popular, Ciencia Popular.** Bogotá: Publicaciones de La Rosca, 1972.
- CASTRO, F. **La historia me absolverá.** La Habana: Editora Política, 1964.

- CASTRO, F. **Educación y Revolución**. La Habana: Editorial Nuestro Tiempo, 1984.
- CÚNEO, D. Aproximación a Simón Rodríguez. In: **Inventamos o Erramos**. Caracas: Biblioteca Básica de Autores Venezolanos, 2007.
- FERNANDES, I.F.; BARBOSA, L.P. Brasil. A construção da agroecologia no semiárido. A Metodologia de Camponês a Camponês no Assentamento Santana, Ceará, Brasil. In: SALINAS, R.T *et. al.* (orgs.). **Sentipensarnos tierra. Experiencias de transición y r-existencias en tiempos de crisis civilizatoria: voces desde los pueblos del Abya Yala**. Buenos Aires: CLACSO, 2020, p. 72-80.
- FERNANDES, I.F. *et. al.* Inventário de Práticas Agroecológicas na Metodologia “de Camponês/a a Camponês/a” no Ceará: um instrumento para descolonizar o território e (re)valorizar o conhecimento camponês. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 58, 2021, p. 551-578.
- GUEVARA, E. **Obras 1957-1967. Tomo II**. La Habana: Casa de las Américas, 1970.
- HEDMAN, O. S. Principios metodológicos de la concepción de educación de José Martí. In: DÁVALOS, A. H.; ARTEAGA, N. C. (compilación). **Educación, ciencia y consciencia**. Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 2008, p. 91-112.
- HERZOG, J. S. **Breve historia de la Revolución Mexicana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1972.
- MACHÍN-SOSA, B. *et. al.* **Revolução agroecológica: o Movimento de Camponês a Camponês na ANAP em Cuba**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- MARTÍ, J. **Nuestra América**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1977.
- MARTÍ, J.. **Páginas Escogidas**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1974.
- MARTÍ, L. T. **Del pensamiento pedagógico de Ernesto Che Guevara**. La Habana: Editorial Capitán San Luís, 2007.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE CUBA. **Martí en la Universidad**. La Habana: Editorial Félix Varela, 1997.
- MST. **Construindo a agroecologia no semiárido: Manual da Metodologia Camponês a Camponês**. Fortaleza: MST, 2019.
- ORTIZ, O. R. **Sociedades americanas**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1990.
- PÉREZ-CRUZ, F. de J. La Campaña Nacional de Alfabetización en Cuba. **Varona**, La Habana, núm. 53, julio-diciembre, p. 10-23, 2011.
- PERONI, V.M.D. **A Campanha de Alfabetização em Cuba**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- PUIGGRÓS, A.; GAGLIANO, R. **La fábrica del conocimiento. Los saberes socialmente productivos en América Latina**. Rosario: Homo Sapiens, 2004.
- RODRÍGUEZ, S. **Inventamos o erramos**. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamérica, 2007.
- ROSSET, P. *et. al.* Agroecología y La Vía Campesina II. Las escuelas campesinas de agroecología y la formación de un sujeto sociohistórico y político. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, 2021, p. 531-550.
- ZAVALETA, R. **La autodeterminación de las masas**. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

<sup>1</sup> Doutora em Estudos Latino-Americanos/ UNAM. Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) e na Faculdade de Educação de Crateús (FAEC). Bolsista PQ2/CNPq. Pesquisadora do GT Herencias y Perspectivas del Marxismo e do GT Anticapitalismos y Sociabilidades Emergentes (CLACSO). Líder do Grupo de Pesquisa Pensamento Social e Epistemologias do Conhecimento na América Latina e no Caribe. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3858914223581195> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0727-9027> E-mail: [lia.barbosa@uece.br](mailto:lia.barbosa@uece.br)

<sup>2</sup> *Abya Yala* era o nome dado pelos povos Kuna, do Panamá e da Colômbia, a todo o território americano antes da conquista. Significa *terra em pleno amadurecimento, terra de sangue vital*.

<sup>3</sup> Refiro-me à insurgência armada do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no dia 01 de janeiro de 1994, em Chiapas, México.

---

<sup>4</sup> Para fins do escopo do presente artigo, destaco a Revolução Cubana e a Revolução Sandinista por serem explicitamente revoluções socialistas. Entretanto, reconheço os outros processos revolucionários ocorridos em outros países da região.

<sup>5</sup> O Ministério de Educação Superior cubano publicou uma compilação de escritos de José Martí na obra “Martí en la Universidad” e que versa sobre a base do seu pensamento político, econômico, filosófico, literário, pedagógico e científico.

<sup>6</sup> Durante a Campanha Nacional de Alfabetização foram distribuídas 1.500 cartilhas “Venceremos”.

<sup>7</sup> No documentário “Maestra”, de Catherine Murphy, encontramos um importante registro histórico da Campanha Nacional de Alfabetização e das Brigadas de Alfabetização: <https://www.youtube.com/watch?v=Xm8DON1mIUA>

Recebido em: 22. out.2021

Aprovado em:09. dez. 2021